CONFLITO ■ Obra em Vicente Pires foi embargada pelo Ibama até que se retirem invasores

27 NOV 2006
JORNAL DO BRASIL

GDF fixará novo cronograma para derrubada de invasões

MARCOS BRANDÃO

Operação de retirada: Liminar garante residências irregulares

Rafania Almeida

O secretário de Comunicação do Distrito Federal, Marcos Vinícius Bucar marcou para hoje uma reunião com o presidente da Caesb, Fernando Leite, com o objetivo de definir quais ações serão tomada para retomada das obras de abastecimento no setor habitacional. As derrubadas em Vicente Pires terão um novo cronograma a partir de hoje. A primeira parte das demolições, após a determinação judicial que proíbe a retirada de residências habitadas, terminou há duas semanas.

Segundo Bucar, a Caesb está brigando judicialmente para não paralisar as obras.

– Não podemos adotar uma linha de ação que prejudique a extensão do benefício de água potável para mais de 45 mil pessoas – avaliou o secretário – Vamos, junto com a Caesb, procurar meios jurídicos para que as obras não paralisem, pois afinal só restam 10% para concluir.

O superintendente do Ibama, Francisco Palhares, reafirmou que, se as obras da Caesb em Vicente Pires continuarem, haverá novo embargo.

– O Termo de Ajustamento de Conduta assinado em setembro do ano passado não vale mais. Uma das partes o descumpriu. Só pode haver obras naquela região se nós dermos a licença ambiental. E não vamos fazê-lo enquanto os critérios que estabelecemos não forem cumpridos, como a derrubada das construções irregulares em Área de Proteção Permanente – ressaltou Palhares.

Para o diretor da Agência Reguladora de Água e Saneamento (Adasa), Salviano Guimarães, as derrubadas não condicionavam a retomada das obras de abastecimento da Caesb. Ele disse que vai notificar o Ibama para a retomada das obras e, quando o sistema estiver concluído, inspecionará todos os poços artesianos e cisternas da região, para evitar que o lençol freático continue sendo contaminado.

– O termo tem por objetivo o licenciamento para continuidade das obras de abastecimento de água e esgoto e isso não estava condicionado às derrubadas. Se era intenção, deveria ter sido explicitado em uma cláusula. A Caesb é obrigada a fornecer água com qualidade ao consumidor – salientou. Guimarães.

A região onde estão instaladas as Colônias Agrícolas de Samambaia, Vicente Pires e Vila São José integra a Bacia do Paranoá, com população estimada em 1,5 milhão.

Marcus Vinícius Bucar afirmou que, se as obras forem embargadas novamente, o GDF vai recorrer à Justiça. O presidente da Caesb deverá dar hoje uma posição definitiva sobre o assunto.

Decisão judicial impede o GDF de prosseguir obras da rede de água, que o Ibama embargou

– É um problema jurídico e a Caesb tem caminhos para tentar solucioná-lo. Existe a possibilidade de derrubar o embargo com mandado de segurança, por exemplo. Assim como os moradores conseguiram liminar para impedir a demolição de residências habitadas, poderemos trabalhar para retomar as obras. Se não houvesse impasse com o Ibama, as obras seriam concluídas no próx. no mês – disse.